



Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

Bacharel em Ciências Contábeis

**CONTABILIDADE DE CUSTOS COMO INSTRUMENTO DE
GESTÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

CLAUDETE DERNER CARNEIRO

JUINA

JUNHO – 2009

CLAUDETE DERNER CARNEIRO

**CONTABILIDADE DE CUSTOS COMO INSTRUMENTO DE
GESTÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.

Professora Msc. Cleiva Schaurich Mativi

JUINA

JUNHO – 2009

CLAUDETE DERNER CARNEIRO

**CONTABILIDADE DE CUSTOS COMO INSTRUMENTO DE
GESTÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia apresentada em julho/2009 e aprovada pela Banca Examinadora,
constituída pelos professores:

Profº Ms. Cleiva Schaurich Mativi

Profº Ms. João Luiz Derkoski

Profº Ms. Aroldo Lima Cavalcante

JUINA

JUNHO – 2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho principalmente a minha Mãe, que inspira meu lado mulher batalhadora e guerreira aos meus aos meus filhos Fernando e Arthur que são minha razão de ser feliz.

AGRADECIMENTOS

A todos os mestres deste Curso, pelo companheirismo nesta caminhada.

Aos meus colegas que caminharam comigo nesta jornada.

A minha mãe, que sempre me cercou de bons exemplos, a quem devo minha
existência o meu muito obrigado.

A todas as pessoas que de forma direta e indireta me motivaram a vencer mais
uma etapa da minha vida.

OBRIGADO.

... Os dias correm, somem
E como o tempo não vão voltar
Só há uma chance pra viver
Não perca a força, o sonho
Não deixe nunca de acreditar
Que tudo vai acontecer...

(Eduardo Faro).

SUMARIO

1. Introdução.....	9
1.1. Contextualização.....	9
1.2. Problema.....	10
1.3. Hipóteses.....	11
1.4. Objetivos.....	11
1.4.1. Objetivo Geral.....	11
1.4.2. Objetivos Específicos.....	11
1.5. Justificativa.....	11
1.7. Estrutura do Trabalho.....	12
2.0. Revisão Teórica.....	13
2.1. Contabilidade.....	13
2.1.1 Conceito.....	13
2.1.2 Objetivos da Contabilidade.....	13
2.1.3 Usuários da Contabilidade.....	14
2.2. Contabilidade de Custo.....	15
2.2.1 Objetivos da Contabilidade de Custos.....	17
2.2.2 Princípios básicos da contabilidade de custos industrial.....	17
2.2.3. Princípios e convenções contábeis aplicados à contabilidade de custos..	19
2.2.3.1 Princípio da Entidade.....	19
2.2.3.2 Princípio da realização da receita.....	19
2.2.3.3. Princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas.....	20
2.2.3.4 Princípio do custo histórico como base de valor.....	20
2.2.3.5 Consistência ou uniformidade.....	21
2.2.3.6 Conservadorismo ou prudência.....	21
2.2.3.7 Materialidade ou relevância.....	22
2.2.3.8 Princípio da Causação.....	22
2.2.4. Terminologias contábeis aplicadas à Contabilidade de Custos.....	23
2.2.5. Elementos básicos do custo industrial.....	23
'2.2.6. Classificação dos custos.....	24

2.2.6.1. Custos Diretos e Indiretos.....	24
2.2.6.2. Custos fixos e variáveis.....	25
2.2.7. Nomenclaturas de custos.....	26
2.2.8 Método de Custeio por Absorção.....	29
2.2.9. Método de Custeio Variável (Direto).....	31
2.3. A Contabilidade de Custos como instrumento de gestão.....	33
2.3.1. Margem de contribuição.....	36
2.3.1.1 Conceito.....	36
2.3.1.2. Margem de contribuição é o lucro variável.....	37
2.3.2. Ponto de Equilíbrio.....	38
2.3.2.1. Conceito.....	38
2.3.2.2. Análise do Ponto de Equilíbrio (<i>break-even point</i>).....	40
2.3.2.4. Limitações do Ponto de Equilíbrio.....	43
2.3.3. Margem de Segurança.....	45
2.4. Definições de microempresa e empresa de pequeno porte.....	45
2.4.1. A importância da micro-empresa e da empresa de pequeno porte.	46
2.4.2. A gestão dos Custos no contexto das pequenas empresas.....	48
3. Metodologia.....	51
4. Análise de dados.....	52
5. Conclusão.....	54
6. Referencias Bibliográfica.....	56

RESUMO

Este trabalho teve como tema a Contabilidade de Custos como instrumento de Gestão para Micro e Pequenas Empresa. O objetivo principal, com este estudo, foi Mostrar um panorama geral sobre Contabilidade de Custos na gestão de micro e pequenas empresas. Além de buscar definir através de conceitos autorais definições sobre contabilidade de custos, seus princípios e a gestão de pequenas e micro empresas; Traçar delineamentos da Contabilidade de Custos no processo de Gestão das Micro e Pequenas Empresas, bem como enumerar os principais instrumentos necessários para que uma micro e pequena empresa se mantém no mercado. Para tanto, realizou-se um percurso teórico sobre Contabilidade de Custos e seus princípios, que serviu como base para atingir o objetivo proposto. Utilizou-se como metodologia para este trabalho a pesquisa bibliográfica- documental. E retratou um perfil instrumental de que as micro e pequenas empresas possam fazer uso para gestacionar as suas organizações.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos. Micro e pequenas empresas. Ponto de equilíbrio. Margem de contribuição.

LISTA DE ABREVIATURAS

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

MEs – MICRO EMPRESAS

EPPs – EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

PE – Ponto de Equilíbrio

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

FIGURA 02: MÉTODO DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Contabilidade é considerada uma ciência social já há muitos anos, uma vez que estuda a riqueza patrimonial, observando quais itens compõem este patrimônio e o quanto representam.

Assim sendo, a Contabilidade vai utilizar todo um instrumental que busca gerar informações que consigam explicar os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades, numa tentativa de contribuir para o controle deste patrimônio, atendendo aos mais diversos interessados nesta informação.

Verifica-se ainda que a Contabilidade possui alguns desdobramentos ou especializações, sendo possível estudá-los de modo distinto, como é o caso da Contabilidade de Custos.

A Contabilidade de Custos centra sua atenção no estudo da composição e no cálculo dos custos, além de observar o resultado dos centros ou dos agentes do processo produtivos, possuindo como característica ser de caráter interno à entidade.

Após aparecer pela primeira vez como técnica independente e sistemática, nos Estados Unidos, a Contabilidade de Custos tinha como foco a produção industrial, sobretudo o estudo dos problemas de mão-de-obra e suas repercussões no custo industrial, porém mais tarde, voltou-se para a visão global do processo produtivo incluindo o estudo das despesas indiretas de fabricação, custos indiretos e ou ainda de *overhead*.

Atualmente a Contabilidade de Custos possui critérios e técnicas que solucionam de modo bastante adequado os problemas relacionados a identificar os gastos com a produção, além de buscar contribuir para a gestão eficaz das entidades.

O mundo de hoje vem convivendo com notícias de crise, que assola todo tipo de comércio, mesmo com a divulgação de grandes empresas anunciando demissões de milhões de pessoas, para tentar driblar a crise, verifica-se que nascem empresas todos os dias. Assim sendo, o discernimento para transformar a informação em estratégias para se manter no mercado pode custar a vida de uma empresa.

Segundo dados do SEBRAE, há aproximadamente no Brasil 3,5 milhões de pequenas empresas, que são responsáveis por milhões de empregos formais, significando que elas representam uma fatia considerável da atividade empresarial. Diante dessa informação, pode-se inferir que as pessoas que trabalham nelas, mesmo muitas estando ainda na informalidade, estão sendo remuneradas, portanto, evidencia-se assim que as MEs e EPPs contribuem muito para o bem estar da comunidade.

Em contrapartida, chama a atenção o fato de que mesmo representando tanto para a economia nacional elas apresentam um alto índice de mortalidade, conforme pode ser visto em pesquisas encomendadas pelo SEBRAE. Estas evidenciam que as empresas duram em média dois anos, sendo que as dificuldades encontradas vão desde o momento da sua abertura, onde a falta de planejamento é apontada como um dos fatores predominantes neste processo.

Segundo o depoimento de empresários que participaram daquelas pesquisas a justificativa para o alto índice de morte de pequenas empresas é a falta de capital de giro, contudo, a pesquisa destaca ainda que muitos destes empresários nem sequer sabe, o que é capital de giro!

Para Aloízio Munhão, autor do artigo publicado no site exata contabilidade, o estudo da viabilidade do negócio deve ser o primeiro passo daqueles que pretendem ser empreendedores

As micro e pequenas empresas que pretendem competir com as grandes empresas precisam conscientizar-se de que cada passo deve ser embasado, pois o mercado acelerado e voraz não admite despreparo principalmente em prestadoras de serviços. Precisão é uma palavra muito bem-vinda no dia a dia de micro e pequenas empresas.

Planejar os custos em longo prazo é primordial, pois isso dará segurança ao gestor da empresa nos momentos das decisões.

1.2 Problema

As micros e pequenas empresas possuem características próprias. Desta forma, a adoção de um sistema de custos exige o conhecimento do processo produtivo,

associado à compreensão do modelo de gestão e, conseqüentemente, da filosofia e das políticas adotadas pela organização.

Cada atividade trabalha com variáveis distintas, interferindo diretamente na análise de custos.

Diante do exposto questiona-se: quais as ferramentas disponíveis na Contabilidade de Custos podem auxiliar na gestão das MPE's?

1.3 Hipóteses

• A Contabilidade de Custos dispõe de ferramentas que podem ser utilizadas pelos gestores das micro e pequenas empresas para fins de análise dos seus custos e tomada de decisão.

• As ferramentas de que dispõe a Contabilidade de Custos não possibilitam aos gestores das micro e pequenas empresas uma utilização para fins de análise e tomada de decisão em relação aos seus custos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar as possibilidades de uso das ferramentas da Contabilidade de Custos para auxiliar a gestão de micro e pequenas empresas.

1.4.2 Objetivos específicos

Traçar delineamentos da Contabilidade de Custos no processo de Gestão de custos das Micro e Pequenas Empresas.

Evidenciar como as micro e pequenas empresas podem utilizar as informações de custos, para fins de tomada de decisão.

1.5 Justificativa

Considerando a representatividade das Micro e Pequenas Empresas tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social, aliada à constatação dos altos índices de

mortalidade destas entidades e às informações veiculadas em muitas pesquisas que sempre evidenciam a ausência ou a aplicação inadequada de técnicas de gestão, torna-se importante a discussão em torno do uso das ferramentas disponibilizadas pela Contabilidade de Custos suporte à tomada de decisões norteando todo o trabalho do empresário para nascer, crescer e manter-se em continuidade.

1.7 Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado nas seguintes fases:

- Resumo que apresenta uma visão geral de todo conteúdo trabalhado;
- Introdução que contextualiza o tema em autores conceituados, seguido pela problematização e levantamento de hipóteses, definindo objetivos a serem trabalhados no ínterim do trabalho, justificativa e estrutura do trabalho.
- A Revisão Teórica elenca uma contextualização de Contabilidade de Custo, seus princípios, e a gestão das micro e pequenas empresas.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 A Contabilidade

2.1.1 Conceito

Dentro e fora das empresas a contabilidade fornece uma infinidade de informações, informação estas que dentro da empresa norteiam as tomadas de decisões é o que diz Marion (2006, P.26) “[...] a contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é mais importante, auxiliar as pessoas tomarem decisões”.

É a partir dos relatórios provenientes da contabilidade que os interessados podem analisar e conhecer os fatos que ocorreram dentro e fora da empresa determinado período, e então definir o futuro da empresa. Marion (2006, P.26) “uma empresa sem boa contabilidade é como um barco em alto mar sem bússola.”.

Ainda o mesmo autor, Marion (2003, p. 24) “a Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões”.

2.1.2 Objetivos da Contabilidade

A contabilidade pode ser estudada de modo geral, ou particular.

“[...] o estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela a apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário”. (IUDÍCIBUS, SÉRGIO, 2000. P.19)

A contabilidade tem a função ser a ferramenta de maior precisão para os gestores da área econômica, financeira, administrativa, social e ambiental. Define Hoog (2007) que o objetivo da contabilidade é registrar toda movimentação, da geração e distribuição da riqueza das células sociais.

“O objetivo da contabilidade é o registro da movimentação, da geração e distribuição da riqueza das células sociais, além da interpretação análise e geração de relatórios econômicos, financeiros e sociais fazendo com que os bens, direitos e obrigações estejam demonstrados e valorizados dentro das praticas contábeis definidas pela política contábil ou pela ciência contábil”. (HOOG, WILSON ALBERTO ZAPPA, 2007 P. 29).

2.1.3 Usuários da Contabilidade

A contabilidade tem vários usuários, que podem ser internos ou externos.

São considerados usuários externos todos os fornecedores que vão medir pela situação financeira da empresa o risco que é vender a prazo, o governo como usuário externo estabelece políticas fiscais e serve de base para determinar a renda nacional e estatística semelhantes e os bancos que são interessados em informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros no vencimento.

São considerados usuários internos os proprietários que buscam saber sobre a rentabilidade do seu negocio, os administradores da empresa para tomar decisões que levarão o negocio ao sucesso.

As informações geradas pela Contabilidade devem servir de base segura para seus usuários. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade na NBC T – 1

As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões pela compreensão do estado em que se encontra a entidade ou a empresa, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferecem. (RESOLUÇÃO CFC N°. 1.121/08 9-11)

Os usuários da contabilidade são todas as pessoas com interesse na entidade, sejam elas administradores, sócios ou acionistas, empregados, fornecedores, financiadores e demais credores, clientes, governos nos diversos níveis, integrantes do

mercado financeiro e de capitais, além dos meios de comunicação e do público em geral, ressaltando que:

A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e eqüitativa de forma a satisfazer às necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente nenhum deles, pelo fato desses interesses não serem sempre coincidentes. (OLIVEIRA, ADALTO ALVES DE *et al.* 2007)

Para seus usuários a contabilidade deve prover dados que auxiliam na tomada de decisões como diz Marion (2003, P.136) “a Contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinada a prover seus usuários de dados para ajudá-los na tomada de decisões”.

Usuários da informação contábil

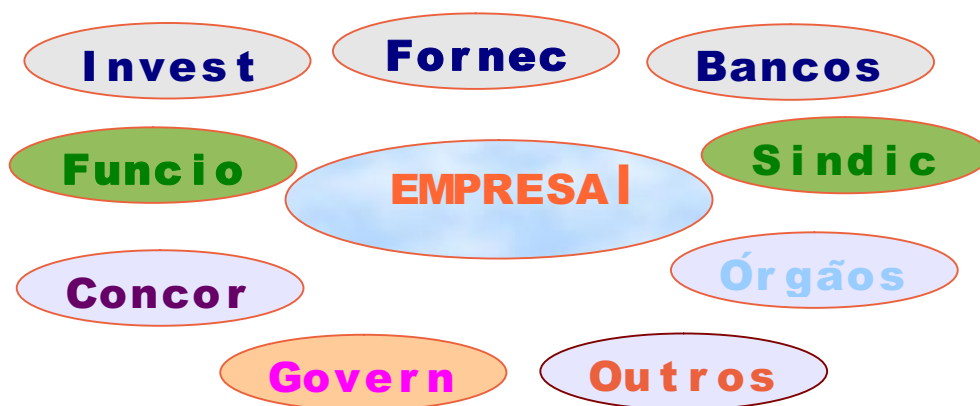


Figura 01
Usuários da informação contábil
Fonte: MARION, JOSÉ C., p. 13

2.2 A Contabilidade de Custos

Nascida da contabilidade financeira como diz Martins (2006, p. 23), a Contabilidade de Custos veio para suprir uma necessidade das indústrias na avaliação dos seus estoques.

A Contabilidade de Custos nasceu da contabilidade financeira, quando da necessidade de avaliar estoques nas indústrias, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo. Seus princípios deveriam dessa finalidade primeira e, por isso, nem sempre conseguem atender completamente a suas outras duas mais recentes e provavelmente mais importantes tarefas: controle e decisão.

De acordo com Martins (2006, p. 19), foi após a Revolução Industrial (século XVIII) que a Contabilidade de Custos se desenvolveu muito, gerando informações tanto para controlar quanto para planejar e tomar decisões.

Para apuração do resultado de cada período, bem como o levantamento do balanço em seu final, bastava o levantamento dos estoques em termos físicos, já que sua medida em valores monetários era extremamente simples.

O Professor Koliver (2002), apresenta a Contabilidade de Custos como doutrina das técnicas, métodos e procedimentos utilizados na avaliação das mutações patrimoniais que ocorrem no ciclo operacional interno das entidades.

“A Contabilidade de Custos é a parte da contabilidade que trata da fundamentação teórico - doutrinária, das técnicas, métodos e procedimentos utilizados na apreensão, classificação e avaliação das mutações patrimoniais que ocorrem no ciclo operacional interno das entidades, com vista à correta delimitação dos agregados de valores relativos a bens ou serviços produzidos e as funções exercidas na entidade, durante determinado período de tempo”.

Conforme afirma Leone (2000, p. 30), a contabilidade de custos aparece pela primeira vez como técnica independente e sistemática.

A contabilidade de custos aparece pela primeira vez como técnica independente e sistemática, nos Estados Unidos, envolvendo a produção industrial, sobretudo estudando os problemas de mão – de - obra e repercussões no custo industrial.

O mesmo autor relata ainda que mais tarde a Contabilidade de Custos passou a se preocupar de modo menos empírico com os custos de material consumido nas operações.

Martins (2003) salienta: “O conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, ou produto é rentável; ou, se não rentável, se é possível reduzi-los (os custos)”.

A Contabilidade, muito aplicada no comércio para apurar o resultado do exercício passou a ser utilizada também na indústria para calcular os custos na formação dos estoques.

2.2.1 Objetivos da Contabilidade de Custos

- Determinar o lucro utilizando os dados dos registros convencionais da Contabilidade;
- Controlar as operações e estoques, estabelecer padrões e orçamentos, comparações entre o custo real e o custo orçado e ainda fazer previsões;
- Tomar de decisões formação de preços, determinação da quantidade a ser produzida, escolha de qual produto deve produzir, avaliar as decisões sobre o corte de produtos ou decisão de comprar ou fabricar.

Para Leone (2002), a Contabilidade de Custos tem como objetivo auxiliar o administrador no processo de tomada de decisões e de planejamento:

"ramo da função financeira que acumula, organiza, analisa e interpreta os custos dos produtos, dos estoques, dos serviços, dos componentes de organização, dos planos operacionais e das atividades de distribuição, para determinar o lucro, para controlar as operações e para auxiliar o administrador no processo de tomada de decisões e de planejamento".

2.2.2 Princípios básicos da contabilidade de custos industrial

Segundo Martins, (2006) o valor de Compras na empresa comercial deveria corresponder ao mesmo valor dos produtos fabricados em estoque por uma indústria. Ao custo do produto atribuía-se valores encontrados nos fatores de produção, usado para a sua aquisição, sem considerar despesas administrativas, financeiras e de vendas, que nas empresas comerciais são consideradas no momento de sua incorrência.

Mesmo com o passar do tempo esse método de avaliar continuou sendo usado como padrão em diversos países, Martins (2006, p.20) ainda cita duas razões pela qual se mantém a mesma estrutura, a primeira delas fala do desenvolvimento do Mercado e capitais nos EUA e em países da Europa, aumentando assim o número de novos acionistas que procuravam por resultados de análises de balanços:

1º - Com o desenvolvimento do Mercado de Capitais nos EUA e em alguns países europeus, fazendo com que milhares de pessoas se tornassem acionistas de grandes empresas, interessadas agora na análise de seus balanços e resultados, e também com o aumento da complexidade do sistema bancário e distanciamento do banqueiro em relação à pessoa do proprietário ou administrador da companhia necessitada do crédito, surgiu à figura da Auditoria Independente.

Com a clara necessidade de comparações de demonstrações contábeis foram criados os princípios básicos de Contabilidade, com isso os critérios utilizados seriam iguais mesmo sendo as empresas diferentes, podendo ainda fazer comparações em datas distintas.

[...] com essa forma de avaliação de estoques, em que o valor de compra é substituído pelo valor de fabricação, acabou por consagra-la, já que atendia a diversos outros princípios mais genéricos, tais como: Custo como Base de Valor, Conservadorismo (ou Prudência) Realização etc. (MARTINS, 2006, p.21)

A manutenção dos Princípios básicos da Contabilidade de Custos conforme ainda são utilizados na atualidade, segundo Martins (2003) deve-se ao fato dos auditores externos terem consagrado seu uso para avaliação de estoques.

A 2ª razão para continuar a mesma estrutura padrão em outros países é que com o advento do Imposto de Renda houve a adoção do mesmo critério fundamental para a medida do lucro tributável; no cálculo do resultado de cada período, os estoques industrializados deviam ser avaliados sob aquelas regras Martins (2006, p.21), afirma:

2º - Com o advento do Imposto de Renda, provavelmente em função da influência dos próprios princípios de Contabilidade já então disseminados, houve a adoção do mesmo critério fundamental para a medida do lucro tributável; no cálculo do resultado de cada período, os estoques industrializados deviam ser avaliados sob aquelas regras. Apesar de algumas pequenas alterações e opções, na grande maioria dos países, o Fisco tem adotado essa tradicional forma de mensuração.

2.2.3.Princípios e convenções contábeis aplicados à contabilidade de custos

2.2.3.1 Princípio da Entidade

Segundo Koliver (2002, p. 17) o Princípio da Entidade é o mais importante dos PFC, pois a ausência do mesmo implica em Ativo indeterminado impossibilitando o processamento das mutações da empresa.

[...] não havendo um ativo determinado e circunscrito, de propriedade de uma entidade particular, integrando, portanto, seu patrimônio ($A - P = PL$), carecerá de sentido sua ação acompanhamento das variações patrimoniais sofridas pelo dito Ativo. [...] a contabilidade de custos só pode processar as mutações dos ativos pertencentes ao ente.

2.2.3.2 Princípio da realização da receita

Se o bem ou serviço já foi transferido a terceiros, este momento é a Realização da Receita, como cita Martins (2003, p.31):

Determina este princípio o reconhecimento contábil do resultado (lucro ou prejuízo) apenas quando da realização da receita. E ocorre a realização da receita, em regra, quando da transferência do bem ou do serviço para terceiros.

2.2.3.3. Princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas

Sobre este Princípio Zanluca do portal tributário diz que: “... não está relacionado com recebimentos ou pagamentos (regime de caixa), mas com o reconhecimento das receitas geradas e das despesas incorridas no período”.

Há extrema importância para a Contabilidade de Custos o Princípio de Competência cita Martins (2003, p.32) “Este aspecto da Teoria Contábil é de extrema importância para Custos e diz respeito basicamente ao momento do reconhecimento das despesas”.

Este Princípio se preocupa com o resultado conforme afirma Leone, (2000, p. 17):

“As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem independente de recebimento ou pagamento [...]”.
“[...] fixa o momento em que cada receita e cada despesa deve integrar o resultado de um período”.

2.2.3.4 Princípio do custo histórico como base de valor

Para Martins (2003, p.32), há que se verificar o real valor de venda do produto, pois o mesmo pode sofrer alterações significativas até o momento de venda.

Quando há problemas de inflação, o uso de valores históricos deixa muito a desejar. Ao somarmos todos os custos de produção de determinado item, estoca-lo e leva-lo a balanço pelo valor original, acabamos por ter um ativo que diz quanto custou produzi-lo na época em que foi elaborado; pode nada ter a

ver com o valor histórico inflacionado (deflacionado) e muito menos ainda com seu valor de venda.

O valor do bem registrado pelo valor original ele permanece inalterado segundo Leone, (2000, p. 15):

“[...] uma vez atribuído o valor original (histórico) ao elemento, esse valor permanecerá intacto na escrituração contábil até que o respectivo elemento seja baixado do patrimônio por qualquer motivo[...]”.

2.2.3.5 Consistência ou uniformidade

As demonstrações contábeis, datas e períodos diferentes devem ser mantidas pela empresa para haver uniformidade, para confrontar resultados de períodos passados diz Martins (2003, p.36):

Esse é um dos aspectos que a Auditoria Independente mais procura verificar, já que tem interferência direta e, às vezes, relevante nas peças de sua maior preocupação: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado. (MARTINS,

2.2.3.6 Conservadorismo ou prudência

Princípio que determina o uso do menor valor para o ativo, e maior valor para os componentes do passivo dito por Leone (2000 p.19):

“[...] impõe a adoção da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitas diante dos demais princípios.”

Na dúvida, a alternativa correta é usar o conservadorismo na hora de

contabilizar algum item tem-se o entendimento de Martins (2003, p.36):

Se existirem duvida sobre contabilizar um item como parte do Patrimônio Líquido ou das dividas, deve também ser adotada a alternativa mais conservadora, isto e, a que avaliar pela forma mais precavida o Patrimônio Líquido.

2.2.3.7 Materialidade ou relevância

Se for um valor monetário insignificante essa regra desobriga a entidade de considerá-la, como diz Martins (2003, p.37):

Essa outra regra contábil e de extrema importância para Custos. Ela desobriga de um tratamento mais rigoroso aqueles itens cujo valor monetário e pequeno dentro dos gastos totais.

2.2.3.8 Princípio da Causação

O Princípio da causação ordena que o agente causador da consumação ocorrida, correspondente à determinada variação patrimonial qualitativa, seja debitado pelo respectivo valor.

O princípio causal é o fator mais significativo na avaliação qualitativa dos sistemas de custeio, pois, quanto maior for a sua observância, mais perfeito será o sistema, portanto mais precisa será a expressão quantitativa dos ativos envolvidos e, conseqüentemente, o próprio resultado do período.

2.2.4. Terminologias contábeis aplicadas à Contabilidade de Custos

A terminologia dos custos nas entidades é definida segundo Martins (2006, p.24

- 26) como:

- a) Gasto** – compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)
- b) Desembolso:** pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço. Pode ocorrer antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto defasada ou não do gasto
- c) Investimentos:** gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro (s) período (s).
- d) Custo:** gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- e) Despesa:** bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas
- f) Perda:** bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

2.2.5. Elementos básicos do custo industrial

São três os elementos básicos do custo industrial materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação.

a) Matérias primas – são os materiais principais e essenciais que entram em maior quantidade na fabricação do produto. [...] é o material indispensável na fabricação do produto. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 107)

b) Materiais secundários – são os materiais que entram em menor quantidade na fabricação do produto. Esses materiais são aplicados juntamente com a matéria-prima, completando-a ou até mesmo dando o acabamento necessário ao produto. . [...] são aqueles que entram na composição dos produtos, juntamente com a matéria prima,

completando ou até mesmo dando o acabamento necessário ao produto. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 107)

c) Materiais de embalagem: são os materiais destinados a acondicionar ou embalar os produtos, antes que eles saiam da área de produção. [...] devem integrar a o custo de fabricação dos respectivos produtos. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 107-108)

d) Mão-de-obra Compreende os gastos com o pessoal envolvido na produção da empresa industrial, englobando salários, encargos sociais, refeições e estadias, seguros etc. [...] é o esforço do homem aplicado na fabricação dos produtos. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 27).

e) Gastos Gerais de Fabricação Correspondem aos demais gastos necessários para a fabricação dos produtos, como: aluguéis, energia elétrica, serviços de terceiros, manutenção da fábrica, depreciação, seguros diversos, material de limpeza, óleos e lubrificantes para as máquinas, pequenas peças para reposição, telefones e comunicações etc. [...] compreendem os demais gastos necessários para a fabricação dos produtos... (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 27).

2.2.6. Classificação dos custos

2.2.6.1. Custos Diretos e Indiretos

Esta classificação considera a facilidade de identificação dos custos dos materiais utilizados na produção com os produtos fabricados.

Custo Direto: Também interpretado por alguns autores como "**custo primário**", é representado pelos elementos diretos da produção. É a Matéria Prima, mais o frete, mais a embalagem, mais os demais materiais de consumo de fácil identificação aplicados diretamente ao produto, sem ICMS e IPI. Nas palavras de Leone (2000, P.59) "... são todos os custos que se conseguem identificar com as obras, do modo mais econômico e lógico".

Custo Primário: É a soma da matéria-prima mais a mão-de-obra direta.

Custos Indiretos: Elementos da produção que não participam fisicamente, nem diretamente ao produto, são os gastos que cooperam para que ocorra a produção do mesmo. Estes custos necessitam de alguns critérios de rateio para sua locação, diferente dos custos diretos. De acordo com Leone (2000, p.59), Custos Indiretos “... são todos os outros custos que dependem do emprego de recursos, de taxas de rateio, parâmetros para o débito às obras”.

2.2.6.2.Custos fixos e variáveis

Esta classificação considera a variação dos custos em relação ao volume produzido. No momento em que analisamos orçamentos, torna-se interessante distinguirmos estas duas categorias de custos.

Custos fixos: Pode-se definir como os custos que não se alteram em função do volume de produção ou vendas. Para Wernke (2005, p. 8), os Custos Fixos não possuem vinculação com a diminuição ou aumento da produção:

Custos fixos são aqueles cujos valores totais tendem a permanecer constantes (“fixos”) mesmo havendo alterações no nível de atividades operacionais do período. São os custos que tem seu montante fixado independente de oscilações na atividade fabril, não possuindo qualquer vinculação com o aumento ou redução do número de unidades produzidas no mês.

Custos fixos permanecem fixos diante de qualquer quantidade, afirma Leone (2000 p. 55) [...] que não variam com a variabilidade da atividade escolhida. Isto é, o valor total dos custos permanece praticamente igual mesmo que a base de volume selecionada como referencial varie.

Custos variáveis: São os custos que se alteram conforme a quantidade vendida ou produzida (geralmente são os custos diretos, como matéria prima e embalagem).

Wernke (2005, p. 8), define ainda Custos Variáveis como:

“[...] os gastos cujo total do período está proporcionalmente relacionado com o volume de produção: quanto maior for o volume de produção, maiores serão os custos variáveis totais do período, isto é, o valor total dos valores consumidos ou aplicados na produção tem seu crescimento vinculado à quantidade produzida pela empresa.

Custos variáveis que variam conforme o aumento ou a diminuição das atividades diz Leone (2000, p.53): [...] que variam de acordo com os volumes das atividades. [...] aquele que varia com o volume de qualquer atividade que tenha sido escolhida como referencia.

Custos Semivariáveis: são custos que variam com o nível de produção e que mesmo não havendo variação ele mantém sua parcela de custo fixo, como diz Leone (2000, P.74) “[...] são aqueles que dispõe de uma parcela fixa e de uma variável”.

2.2.7.Nomenclaturas de custos

Custos de produção do período ou custo fabril: É a soma dos custos incorridos no período dentro da fabrica compostos pela matéria prima, Mão de obra direta e pelos custos indiretos de fabricação.

Custo da produção acabada: é a soma dos custos incorridos na produção acabada do período. Pode conter Custos de produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completadas no presente período. [...] compreende o custo de produção menos o estoque final de produtos em elaboração. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 43)

Custo dos produtos vendidos: é a soma dos custos incorridos na fabricação dos bens que só estão sendo vendidos. Pode conter custos de produção de diversos períodos, caso os itens vendidos tenham sido produzidos em diversas épocas diferentes. [...] é a soma dos gastos com materiais, mão-de-obra e gastos gerais de fabricação aplicados ou consumidos na fabricação dos produtos que foram fabricados ou vendidos pela empresa. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 39)

Custo de transformação ou de conversão: soma de todos os custos de produção, exceto os relativos a matérias primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos embalagens compradas etc.). Os Custos de Transformação representam o valor do esforço da própria empresa no processo de elaboração de um determinado item (mão de obra direta e indireta, energia, materiais de consumo industrial, etc.). [...] compreende a soma dos gastos com mão de obra (direta ou indireta) com gastos gerais de fabricação (diretos ou indiretos), aplicados na transformação dos materiais em produtos. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 43)

Custo Primário: soma de matéria prima e mão de obra direta. Não é o mesmo que custos diretos, já que nos Primários só estão incluídos aqueles dois itens. Desta forma, a embalagem é um Custo Direto, mas não primário. [...] compreende os gastos com meterias primas aplicadas mais os gastos com mão de obra direta. (RIBEIRO, OSNI MOURA, 2009, P. 42)

Materiais diretos: são os materiais que se incorporam (se identificam) diretamente aos produtos.

Mão de obra Direta: representa custos com pessoal que trabalha diretamente na elaboração dos produtos. Sempre que for possível medir a quantidade de mão de obra aplicada a determinado produto é mão de obra direta, caso contrario, havendo necessidade de rateio, é mão de obra indireta.

Rateio: representa a alocação de custos indiretos em fabricação, segundo critérios racionais. a relevância do critério de rateio está intimamente ligada a manutenção ou uniformidade em sua aplicação. A simples mudança de um critério afeta o custo de produção e conseqüentemente afetará o resultado da empresa.

Variações nas quantidades produzidas: Normalmente, no processo produtivo, ocorrem perdas no volume de matéria prima trabalhada, em função das características de problemas físicos e químicos que ocorrem durante a produção. Nesses casos, os produtos acabados devem ser avaliados em função das quantidades existentes no final do processo e não pela quantidade de matéria prima requisitada. As perdas decorrentes do processo serão incorporadas ao custo da “produção boa”.

Os desperdícios com material, durante o processo de fabricação, sofrem dois tratamentos contábeis distintos, em função de sua origem.

Perdas Normais: são perdas inerentes normais, já previstas no processo de fabricação, tais como: evaporação; reações químicas (fusão de produtos); tratamento térmico; e perdas no corte.

Os custos das perdas desses materiais devem fazer parte do custo total do produto fabricado. Obtém-se esse custo dividindo-se o custo total do material requisitado para a produção pelo número de unidades, quilogramas, etc. de “produção boa”.

- As perdas normais de materiais possuem como características:
- São inerentes ao próprio processo de fabricação.
- São previsíveis e já fazem parte da expectativa da empresa.
- Constitui-se um sacrifício que a empresa sabe que precisa suportar para obter o produto.
- Essas perdas fazem parte do custo do produto elaborado.

Perdas Anormais: são as perdas involuntárias ou extraordinárias no processo normal de fabricação, tais como: perda de produção por incêndio e enchentes; perda de produção por greve; e perda com produtos defeituosos por falha no processo (maquina/homem)

Os custos decorrentes dessas perdas devem ser contabilizados contra o resultado do exercício, pois não devemos onerar o custo unitário da “produção boa”, uma vez.

Subprodutos: são itens sempre produzidos durante o processo normal de produção, que possuem mercado de venda, mas cujas receitas geradas são irrelevantes em comparação com o faturamento dos produtos acabados. Para a sua contabilização, o subproduto deve ser avaliado pelo valor de mercado ou de venda, considerando-o como uma redução (crédito) do custo de fabricação, no mesmo período em que o produto principal da empresa for fabricado.

Sucatas: normalmente, um sistema de produção gera sucatas, decorrentes ou não do processo produtivo normal. Os resultados decorrentes das vendas destes itens

são geralmente irrelevantes para as Companhias. Por este motivo, é adotada como prática contábil reconhecer tais valores como Receita Não-Operacional.

Além de dominar a nomenclatura e os conceitos utilizados em custos, para obter sucesso ao adotar as ferramentas disponíveis por esta ciência os contadores de custos precisam ter um bom conhecimento do negócio com que a organização opera, além de optar entre os Custeio Absorção ou Custeio Variável (MAHER, 2001, p.40).

2.2.8 Método de Custeio por Absorção

De acordo com Maher (2002, p.82), fala que no Custeio por Absorção “todos os custos de produção, fixos ou variáveis, são considerados custos do produto”.

O Custeio por Absorção ou Custeio Pleno consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles diretos ou indiretos fixos ou variáveis). Os gastos não fabris (despesas) são excluídos. Este método é derivado da aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e é, no Brasil, adotado pela legislação comercial e pela legislação fiscal. Não é um princípio contábil em si, mas uma metodologia decorrente da aplicação desses Princípios. Dessa forma, o método é válido para a apresentação das Demonstrações Contábeis e para o pagamento do Imposto de Renda.

Para Warren, (2002, p. 82), no Custeio por Absorção “Todos os custos são absorvidos pelos produtos acabados e aí permanece como ativos até serem vendidos”.

A distinção principal no custeio por absorção é entre custos e despesas. A separação é importante porque as despesas são lançadas imediatamente contra o resultado do período, enquanto somente os custos relativos aos produtos vendidos serão tratados como Custos. Os custos relativos aos produtos em elaboração e aos produtos acabados que não tenham sido vendidos estarão ativados nos estoques desses produtos.

Nesse método, todos os custos são alocados aos produtos fabricados. Assim, tanto os custos diretos como os indiretos incorporam-se aos produtos. Os primeiros, pela apropriação direta, e os indiretos, por sua atribuição por meio de critérios de rateio.

O Custeio por Absorção segue os seguintes passos:

- Separação dos gastos do período em custos e despesas;
- Classificação dos custos em diretos e indiretos;

- Apropriação dos custos diretos aos produtos; e
- Apropriação, por rateio, dos custos indiretos de fabricação.

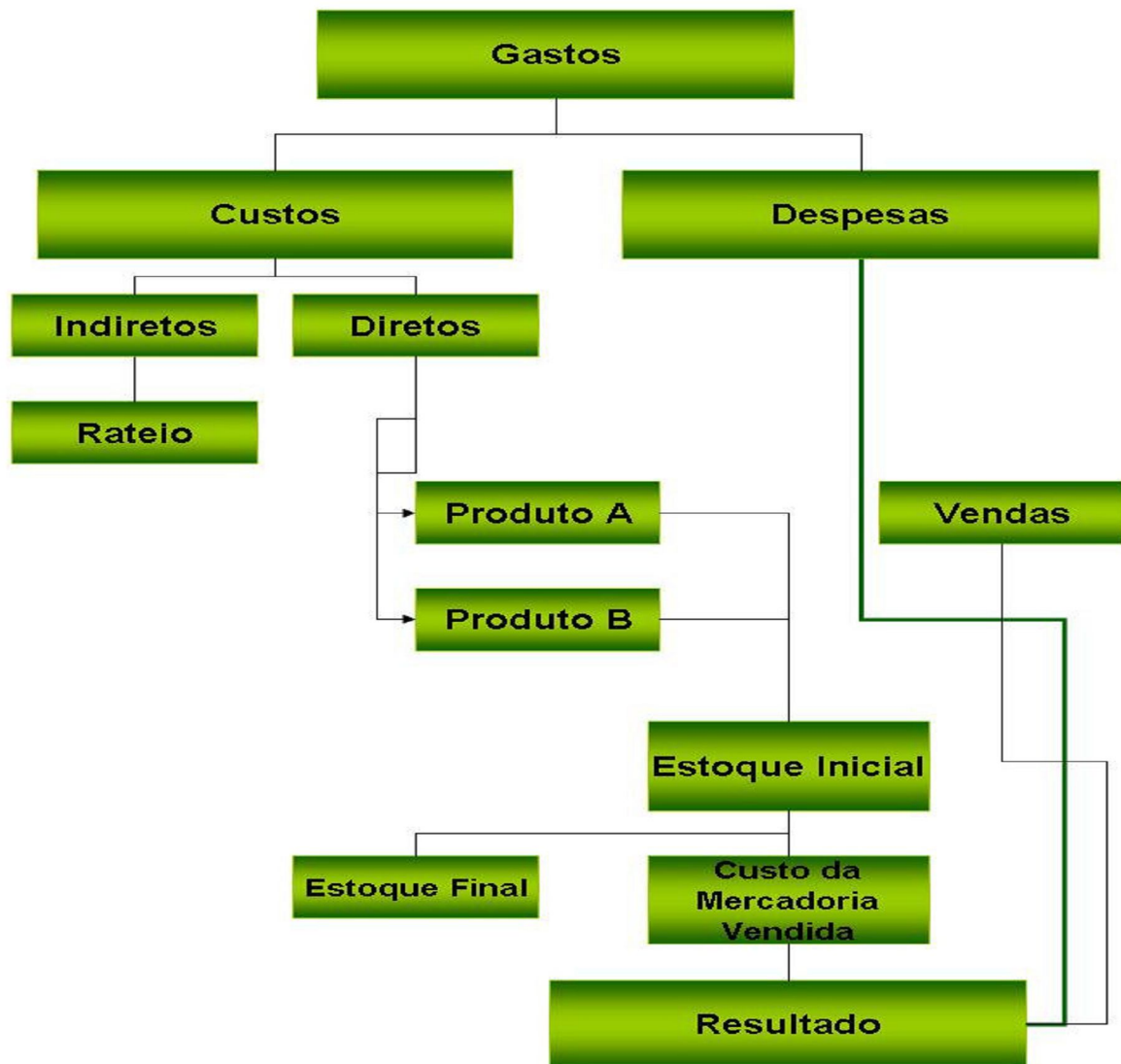


Figura 02: método de custeio por absorção
 Fonte: CREPALDI (2004, p. 94).

Assim, temos que, no Custeio por Absorção, todas as despesas são lançadas na apuração do resultado do período, enquanto os custos somente são lançados na

apuração do resultado a parcela correspondente aos produtos vendidos, permanecendo o restante como estoque.

2.2.9. Método de Custeio Variável (Direto)

Custeio Variável (também conhecido como Custeio Direto) é um tipo de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os Custos Variáveis incorridos. Os Custos Fixos, pelo fato de existirem mesmo que haja produção, não são consideradas como custo de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente contra o resultado do período. Desse modo, o Custo dos Produtos Vendidos e os Estoques Finais de Produtos em Elaboração e Produtos Acabados só conterão Custos Variáveis.

Esse Sistema de Custeio fundamenta-se na separação dos gastos em gastos variáveis e gastos fixos, isto é, em gastos que oscilam proporcionalmente ao Volume da Produção/Vendas e gastos que se mantêm estáveis perante Volumes de Produção/Vendas oscilantes dentro de certos limites.

O termo **Gastos Variáveis** designa os custos e despesas que, em valor absoluto, são proporcionais ao volume da produção, isto é, oscilam na razão direta dos aumentos ou reduções das quantidades produzidas.

O segundo citado por Maher (2001, p 82) Custeio Variável é opção para administradores, e é definido por Ribeiro (2009 P. 57) da seguinte forma: “[...] contempla como custos de fabricação somente os custos diretos ou variáveis [...] os custos indiretos integram o resultado juntamente com as despesas”. O mesmo autor continua dizendo que esse sistema não é aceito pelo fisco para direcionar a contabilização dos custos incorridos aos produtos. A inclusão da carga de custos indiretos juntamente com as despesas onera o resultado quando toda a produção é vendida no mesmo período ao qual iniciou sua fabricação o resultado não é afetado, mas quando isso não acontece, ficam parte da produção para outro período implica os estoques e o lucro líquido.

O Custeio Variável para Warren (2001, p. 136) diz que o custo dos produtos fabricados é composto apenas de custos de produção variáveis – custos que aumentam ou diminui quando o volume de produção sobe ou desce.

O mesmo autor se refere ao Custeio Gerencial e “supõe que a administração determina quais os custos que serão associados aos produtos e quais os que serão considerados custos do período”.

Outro método de custeio citado por Maher é o Custeio Baseado Em Atividades ABC (Activity Based Costing) é definido pelo autor como:

“Método de custeio que atribui os custos de fabricar um produto às atividades necessárias à fabricação e então soma o custo dessas atividades para determinar o custo de fabricar o produto”. (MAHER 2001, p.51)

Considerado por Martins (2006, P.87) como uma “poderosa ferramenta usada na gestão de custos”, o Custeio Baseado em Atividades dá uma visão ampla dos custos a partir da análise de atividades que a empresa realiza.

Utilizando informações baseado no Custeio Baseado em Atividades a administração identifica atividades que consomem recursos, mas não adicionam valor diz Maher (2001, p.51): “A administração baseada em atividades fundamenta-se no CBA e utiliza informações a respeito do custo de atividades. Essa informação ajuda gerentes a identificar atividades que não adicionam valor, mas consomem recursos”,...

A característica marcante do Custeio Baseado Em Atividades são as decisões estratégicas, alcançando vantagens competitivas como assegura Martins (2006,p.288):

“A gestão Baseada em atividades apóia-se no planejamento, execução, e mensuração do custo das atividades para obter vantagens competitivas, utiliza o Custeio Baseado em Atividades e caracteriza-se por decisões estratégicas...”.

Os tipos de custeio acima citados não indicam a partir de que ponto a empresa vai ter lucro, quanto à empresa precisa fabricar/vender para obter lucro.

Devido as suas características e objetivos, o ponto de equilíbrio é considerado uma das mais importantes ferramentas de gestão da atualidade. (RORATTO, RODRIGO, Publicado 17/02/2008)

2.3. A Contabilidade de Custos como instrumento de gestão

Sem a contabilidade o empresário não tem êxito para gerir sua empresa sem direção e sem rumo conforme texto do SEBRAE “A contabilidade está para o gestor de empresas, assim como a bússola está para o comandante de uma embarcação em alto mar. Sem ela o empresário fica sem direção, sem rumo para melhor dirigir sua empresa”.

A contabilidade não é apenas burocracia, é também a alma do negocio, basta observar seus benefícios, como diz Pedrosa (2006):

...”podemos dizer com justiça, que a contabilidade é a verdadeira alma do negócio. Com todos esses benefícios irrefutáveis, não se poderá dizer que a contabilidade é apenas burocracia, tudo é uma questão de visão, ou de oftalmologia”.

Autores como Pedrosa, acima citado, e Munhão logo mais abaixo, deixam explicito o valor inestimável que a contabilidade tem para gestão das empresas.

Saber aplicar a contabilidade como aliada no dia-a-dia da empresa faz com aquele que vai tomar as decisões o faça com tranqüilidade e objetividade diz Munhão:

A contabilidade se configura como o mais importante centro de informação útil e com o melhor coeficiente na relação: custo/benefício de qualquer entidade sejam quais forem os objetivos sociais perquiridos pela entidade em questão. Neste sentido, o produto da operação contábil, quais sejam, as demonstrações contábeis no seu conjunto, corporificam um painel cujo operador, aquele que vai tomar às decisões, em sabendo operá-lo, disporá de um norte em céu de

brigadeiro, para escolher as melhores condutas a serem implementadas. (MUNHÃO, ALOISIO *exata contabilidade.com.br*)

Como subsídio seguro, a contabilidade ajuda garantir o sucesso das organizações e até de pessoas físicas para Schmidt (2000) *apud* Silva (2008):

[...] a Contabilidade vem evoluindo ao longo dos anos em função de diversos estudos que possibilitam o surgimento de novas e melhores formas de controlar o patrimônio através de um sistema informações que possibilitam a tomada de decisões mais racionais no intuito de garantir a continuidade e o sucesso das organizações. A contabilidade assume relevância ao proporcionar através de suas técnicas inseridas no processo de gestão, subsídio seguro ao usuário, pessoa física, na tomada de decisão quanto ao seu patrimônio da Contabilidade na gestão do patrimônio das pessoas físicas.

Os responsáveis pela administração das empresas precisam rever seus conceitos em relação a forma de apurar os custos das organizações diz Prado (artigo em www.scribd.com):

A melhor forma de saber se uma empresa vai bem e agrega valor em seus resultados é dar uma olhada nos apontamentos de custos. Toda empresa de vê ter sua forma de apuração de custos, além disto, há uma urgência em rever o posicionamento dos executivos, gerentes e profissionais que atuam nesta área.

A função da contabilidade vai muito além dos cálculos de impostos e atendimento as legislações afirma Zanluca (portal de contabilidade):

A contabilidade é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios. De longa data, contadores, administradores e responsáveis pela gestão de empresas se convenceram que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e legais.

Ainda o mesmo autor, assegura que: "A gestão de entidades é um processo complexo e amplo, que necessita de uma adequada estrutura de informações - e a contabilidade é a principal delas".

A continuidade da empresa depende dos seus administradores dominarem o controle e o cálculo dos custos. De acordo com Prado (www.scribd.com):

O avanço tecnológico das ferramentas de gestão e a própria necessidade de controle sobre os recursos da empresa requerem que os próprios profissionais financeiros, executivos e empreendedores passem por um reaprendizado sobre controle de custos. A economia globalizada requer conhecimento profundo sobre controle e cálculo de custos, sendo o domínio do conhecimento de vital importância para a continuidade do empreendimento.

Maher (2001, p.38) diz sobre a Contabilidade de Custos "[...] ramo da contabilidade que mede, registra e relata informações sobre custos".

O potencial da contabilidade de custos foi atropelado por contadores, auditores e fiscais para resolver problemas monetários em seus estoques, relata Martins (2006, p. 21).

A preocupação primeira dos Contadores, Auditores e Fiscais foi a de fazer a Contabilidade de Custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado, não a de fazer dela um instrumento de administração. Por essa não utilização de todo o seu potencial no campo gerencial, deixou a Contabilidade de Custos de ter uma evolução mais acentuada por um longo tempo.

Para o autor a contabilidade de custos gera informações contábeis, auxiliando seus usuários nas decisões a serem tomadas e com o passar dos tempos a contabilidade de custos que era muito utilizada nas atividades industriais, passou a ser introduzida em empresas comerciais, instituições financeiras, empresas de prestação de serviços.

O ambiente competitivo atual vem sendo transformado com ajuda de novas tecnologias, com isso fazem-se necessários sistemas de gestão de custos que

respondam as necessidades dos negócios e ajudem os administradores a tomarem decisões, é o que relata o autor Ching (1995, p.20-21) e destaca alguns pontos que a gestão de custos pode contribuir para o melhor gerenciamento das empresas:

- Menor tempo a ser despendido no processamento de transações contábeis, através de automação e reengenharia dos processos contábeis e financeiros;
- Maior qualidade dos relatórios gerenciais, relevantes ao negocio; riqueza de informações; integração nos demais sistemas da companhia;
- Menor ênfase nos controles que não levam a nada e não agregam valor;
- Maior ênfase e recursos na questão de suporte para as decisões, fornecendo análises sofisticadas e informações a qualquer momento que forem solicitadas em vez de obedecer a ciclos rígidos de tempo;
- Olhar para frente, com atenção voltada para tomada de decisão, em vez de retroceder em busca de análises históricas.

Segundo Hoog (2007, p. 51), existem ferramentas que possibilitam diagnosticar a saúde da situação econômica das empresas, através dos princípios de análise de balanço. Dentre estes o autor cita o cálculo do ponto de equilíbrio como importante para o controle à eliminação de produtos não rentáveis ou alheios à missão da entidade. Contudo, para adentrar ao conceito de ponto de equilíbrio faz-se necessário antes conhecer um importante conceito, o da margem de contribuição.

2.3.1.Margem de contribuição

2.3.1.1 Conceito

Margem de contribuição é considerada por autores como Leone, Martins entre outros, uma poderosa ferramenta de gestão a qual dá ao administrador a possibilidade de tomar decisões importantes para que o seu lucro seja maximizado. A margem de contribuição é à diferença entre a receita de venda e os custos e despesas variáveis, alocados em determinado produto. Considerando os custos fixos como gasto do período, esse método, fornece o desempenho tanto econômico quanto financeiro de uma determinada unidade produtiva.

Margem de Contribuição “[...] é a diferença entre a receita bruta é auferida na venda de uma unidade de produto e o total dos custos variáveis incorridos na fabricação dessa unidade de produto”. (RIBEIRO, 2009, p.465)

Para Martins Margem de Contribuição, são os resultados positivos, provenientes da Receita, menos os Custos Variáveis. O resultado é a Margem de Contribuição, que deverá ser capaz de cobrir os Custos Fixos, o que leva ao Ponto de Equilíbrio.

“[...] é a diferença entre o preço de venda e o custo variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz a empresa de sobra entre a sua receita e o custo que de fato provocou e que pode lhe ser imputado sem erro” (MARTINS, ELISEU 2003, p.179)

2.3.1.2.Margem de contribuição é o lucro variável

A análise da margem de contribuição é vista por Crepaldi (2009, 122-123) como: “[...] instrumento que os gerentes usam para tomar decisões”.

O mesmo autor ainda diz que a partir da análise da margem de contribuição às despesas serão classificadas como fixas ou variáveis. Custos variáveis **serão deduzidos das vendas** para obter a margem de contribuição e os custos fixos **serão diminuídos da margem de contribuição** para obter a renda líquida. Essa informação pode ajudar o gerente a:

- Decidir se deve diminuir ou expandir uma linha de produção;
- Avaliar alternativas provenientes da produção, de propagandas especiais etc.;
- Decidir sobre estratégias de preço, serviços ou produtos;
- Avaliar o desempenho.

Para Padoveze (1997, p.257), representa o lucro variável. É a diferença entre o preço de venda unitário do produto e os custos e despesas variáveis por unidade de produto. Significa que em cada unidade vendida a empresa lucrará determinado valor. Multiplicado pelo total vendido, teremos a contribuição marginal total do produto para a empresa.

Margem de Contribuição é um conceito de extrema importância para o custeio variável e para a tomada de decisões gerenciais. Em termos de produto a margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.

A margem de contribuição unitária é dada pela fórmula:

$$MC = PV - CV - DV$$

2.3.2. Ponto de Equilíbrio

2.3.2.1. Conceito

A expressão ponto de equilíbrio, tradução de *Break-evenpoint* (*Ponto de Ruptura*), refere-se ao nível de vendas em que não há lucro ou prejuízo, ou seja, onde os custos totais são iguais às receitas totais.

Em outras palavras, Ponto de Equilíbrio significa o faturamento mínimo que a empresa tem que atingir, para que não amargue um prejuízo, como também não estará conquistando lucro.

Conforme Ludícibus (2000), citado por Souza (2007) o ponto de equilíbrio é fundamental para a empresa calcular qual o mínimo que precisa produzir para não ter prejuízo.

“[...] um dos pontos fundamentais, quando se fala em custos para decisão, é o cálculo do ponto de equilíbrio. O autor relaciona três variáveis básicas: custo, volume e lucro; por meio desse relacionamento, têm-se condições de detectar o mínimo que uma empresa precisa produzir e vender para não ter prejuízo”. (IUDÍCIBUS, S. (2000), IN: SOUZA, ROGÉRIO MARIANO DE.)

O ponto de equilíbrio é um indicador que dará ao administrador da empresa a informação de quanto é que ele precisa produzir para as receitas serem maiores que as despesas.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PONTO DE EQUILÍBRIO

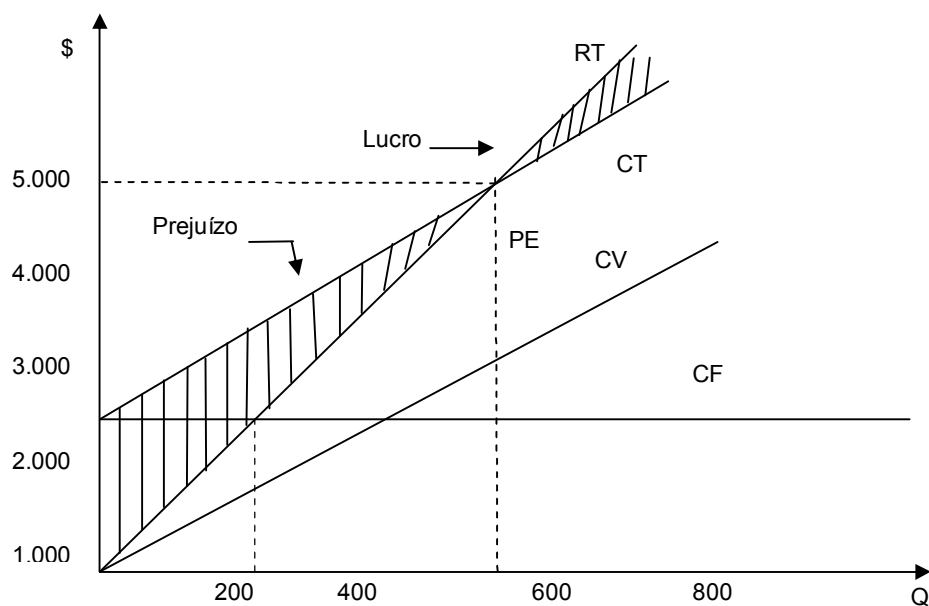


Figura 02

Fonte: WERNKE 2005 P.119.

Conforme se pode observar a figura acima a reta do custo total é paralela à do custo variável, só que acrescenta dos custos fixos. O ponto onde a reta da receita total corta a de custo total é o ponto de equilíbrio, ou seja, receita total igual a custo total.

Para se calcular o Ponto de Equilíbrio, faz-se necessário o conhecimento do conceito de Margem de Contribuição, conforme foi abordado no item 2.3.1 acima.

Segundo Padoveze (1997, p.257), a margem de contribuição representa o lucro variável, ou seja, a diferença entre o preço de venda unitário do produto e os custos e despesas variáveis por unidade de produto, significando que em cada unidade vendida a empresa lucrará determinado valor. Quando se multiplica este valor pelo total vendido, tem-se **a contribuição marginal total do produto** para a empresa.

Assim sendo, Margem de Contribuição é o resultado obtido através da Receita, menos os Custos Variáveis. Este resultado, que é a Margem de Contribuição, deverá ser igual aos Custos Fixos para que se chegue ao Ponto de Equilíbrio.

Algebricamente, podemos calcular o PE:

Receita Total	= Custos totais
Quantidade X preço de venda =	custo fixo total + (custo variável x quantidade)

Fórmula do Ponto de Equilíbrio :

$$PE = \frac{\text{Custo Fixo}}{\% \text{ Margem Contribuição}}$$

Da aplicação desta fórmula tem-se a quantidade mínima a ser vendida para o equilíbrio entre receitas e despesas, ou seja, o ponto de equilíbrio contábil. A análise do ponto de equilíbrio também pode ser usada como unidade selecionadora, como primeira tentativa para determinar a viabilidade econômica de uma proposta de investimento. A formação de preços também pode ser facilitada com o conhecimento do ponto de equilíbrio de um produto.

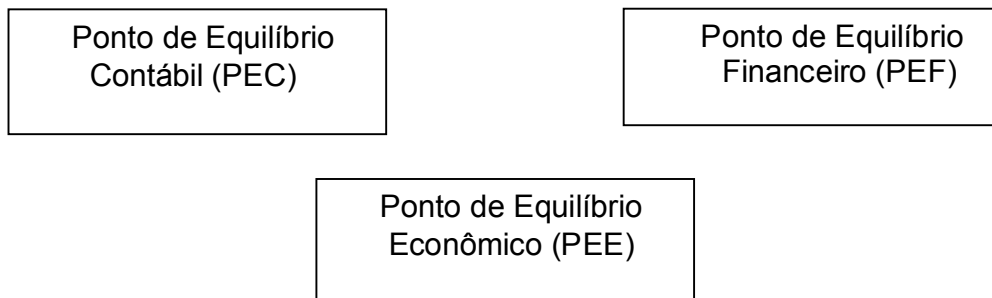
2.3.2.2. Análise do Ponto de Equilíbrio (*break-even point*)

Conforme já estudado, a análise do ponto de equilíbrio permite compreender como o lucro pode ser afetado pelas variações nos elementos que integram as receitas de vendas e os custos e despesas totais.

Do ponto de vista contábil, o ponto de equilíbrio corresponde a certo nível de atividades onde o lucro será nulo. À medida que o volume de operações se deslocarem acima do ponto de equilíbrio surgirá lucros crescentes; abaixo desse ponto ocorrerão prejuízos cada vez maiores. A análise distingue dois pontos de equilíbrio contábeis relacionados com o lucro operacional (PEO) e com o lucro líquido (PEG).

O conceito de Ponto de Equilíbrio dado por Wernke (2005 p. 119) “é o nível de vendas em unidades físicas ou em valor (\$), no qual a empresa opera sem lucro ou prejuízo”. Ainda continua dizendo o mesmo autor que o numero de unidades vendidas no ponto de equilíbrio tem que ser suficiente para a empresa cobrir seus custos (e despesas) fixos e variáveis e manter um resultado nulo.

O autor separa o ponto de equilíbrio em três tipos:



Ponto de Equilíbrio Contábil

É o mínimo que a empresa deve vender em um determinado período de tempo para não haver lucro nem prejuízo. Wernke (2005 p. 120-121) divide o ponto de equilíbrio contábil em unidades e em valor.

- Ponto de Equilíbrio Contábil em Unidades informa a quantidade de produtos (metros, quilos, peças, litros etc.) que deve ser vendida para que o resultado do período seja nulo.

E expõe a seguinte formula:

$$\text{PEC unid.} = \frac{\text{Custos Fixos \$}}{\text{Margem de Contribuição Unitária \$}}$$

- Ponto de Equilíbrio Contábil em Valor permite calcular o valor mínimo de vendas (em \$) que a empresa deve conseguir para que não tenha lucro nem prejuízo.

A fórmula apresentada é a seguinte:

$$\text{PEC Valor} = \frac{\text{Custos Fixos \$}}{\text{Percentual da Margem de Contribuição Unitária (\%)}}$$

Também é possível calcular um **ponto de equilíbrio econômico** onde o lucro líquido corresponderia à remuneração esperada pelos acionistas sobre o capital próprio. Complementarmente, essa análise permite determinar o valor das vendas necessárias para cobrir os desembolsos relativos aos custos operacionais e financeiros e às amortizações das dívidas. Poderá acontecer, então, que no processo de elaboração orçamentária, a diretoria determine um Ponto de Equilíbrio com um lucro desejado, ou seja, um ponto de equilíbrio econômico.

Wernke (2005 p. 123) “Para calcular o Ponto de Equilíbrio Econômico (em unidades) basta incluir a variável “Lucro Desejado” na fórmula, conforme mencionado a seguir”:

$$\text{PE Econ.} = \frac{\text{Custos Fixos (\$)} + \text{Lucro Desejado (\$)}}{\text{Margem de Contribuição Unitária (\%)}}$$

2.3.2.3. Ponto de Equilíbrio Financeiro

Caracteriza-se quando dentro dos Custos Fixos, existirem variações patrimoniais as quais não significam desembolsos para a empresa, porém, de acordo com os Princípios Contábeis, estas variações devem figurar no resultado do exercício, sendo confrontados com as receitas, porque contribuíram para a constituição da mesma. Um dos exemplos clássicos é representado pela depreciação.

Wernke (p. 122) diz que se uma empresa deseja saber qual o volume de vendas suficiente para pagar os custos e despesas variáveis, os custos fixos e outras dívidas que a empresa tenha que saldar no período, pode se recorrer ao cálculo do ponto de equilíbrio financeiro.

$$\text{PE Fin.} = \frac{\text{Custos Fixos (\$)-Depreciações (\$) + Dívidas do período (\$)}}{\text{Margem de Contribuição Unitária (\$)}}$$

Pode-se definir ainda um outro **Ponto de Equilíbrio Financeiro Total (PEFT)** como sendo aquele onde as receitas de vendas seriam suficientes para cobrir os desembolsos com custos operacionais, despesas financeiras e amortizações da dívida.

2.3.2.4.Limitações do Ponto de Equilíbrio

Apesar da grande utilização pelas empresas, essa ferramenta possui algumas limitações como, por exemplo: “O PE possui limitações que devem ser consideradas pelo gestor em face do tipo de atividade e do horizonte de tempo da tomada de decisão na qual será empregado” Wernke (2005 p. 127) ainda segundo o autor o comportamento dos custos fixos ou variáveis quando considerados os diversos níveis de ocupação da capacidade instalada, podem apresentar alterações. O gestor deve estar sempre atento com possíveis modificações nos custos.

O Ponto de Equilíbrio ignora aspectos relacionados com a formação dos estoques, pressupondo que toda a produção seja vendida instantaneamente; e supõe que as receitas de vendas, os custos variáveis e os custos fixos comportam-se linearmente, significando que os preços de venda e os custos variáveis unitários seriam os mesmos para qualquer volume, com os custos fixos permanecendo inalterados (teoria econômica admite que as receitas de vendas e os custos totais se comportam de maneira não linear).

Martins (2000, p.296) realiza considerações sobre a aplicação do conceito de ponto de equilíbrio quando a empresa trabalha com diversos produtos:

“as aplicações dos conceitos de ponto de equilíbrio são de grande valia e de fácil entendimento quando aplicado a um único produto. O que não acontece quando a empresa trabalha com diversos produtos. Nesse caso, o assunto se complica, já que os custos e despesas variáveis são diferenciados também para cada um, o que provoca a impossibilidade de cálculo de um ponto de equilíbrio global”.

Além disso, segundo Leone (2000, p. 428), o potencial do ponto de equilíbrio é para curtíssimo prazo em função das flutuações as quais sofrem a moeda em uma economia instável:

“a análise de ponto de equilíbrio terá maior potencialidade se tomada a curtíssimo prazo, pois para prazo mais longos perderia muito de sua utilidade diante do fato de que, numa economia em que o valor da moeda sofre flutuações, os custos, as receitas e as despesas não são constantes”.

Da aplicação dos conceitos de margem de contribuição e ponto de equilíbrio deriva-se um outro conceito bastante relevante em termos de gestão que é o conceito de margem de segurança.

2.3.3.Margem de Segurança

A margem de segurança é um indicador de risco que aponta a quantidade a que as vendas podem cair antes de se ter o prejuízo, sendo obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Margem de segurança} = \frac{\text{vendas orçamentárias} - \text{equilíbrio das vendas}}{\text{vendas orçamentárias}}$$

Verifica-se que quanto menor a razão, maior o risco de se atingir o ponto de equilíbrio, ou seja, a margem de segurança evidencia a distância que a situação atual de vendas está em relação às vendas no ponto de equilíbrio.

2.4. Definições de microempresa e empresa de pequeno porte

A classificação feita pelo SEBRAE para essas empresas pode ser a partir do número de funcionários que é de até 10 funcionários considera-se micro empresa e de 10 até 100 empregados pequenas empresa.

Segundo publicado no site da receita federal as ME e EPPs podem ser classificadas quanto ao seu faturamento que deve ser para micro empresa R\$ 120.000,00 por ano, e para empresa de pequeno porte o faturamento deve estar entre R\$ 120.000,01 e R\$ 1.200.000,00 por ano.

Na constituição federal artigo 179 encontra-se as seguintes classificações:

- I – microempresa, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica, cuja receita bruta anual seja inferior ou igual a R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais);
- II – empresa de pequeno porte, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, não enquadrada como microempresa, tenha receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais).

Em Leone (1999, P. 91) *Apud* Viana (2007), encontram-se as seguintes afirmações em relação à MPes:

“As pequenas e médias empresas foram identificadas como sendo mais centralizadas, com estrutura organizacional simples, necessitando de quantidade menor de unidades ou funções administrativas”

O SEBRAE classifica as micro e pequenas empresas a partir do número de funcionários nas indústrias reconhece o intervalo entre 20 e 99 empregados e no comércio e serviços, o Intervalo entre 10 e 49 empregados.

2.4.1. A importância da micro-empresa e da empresa de pequeno porte

A contribuição social que pequenas empresas representam no Brasil é comentada por Wernke:

As pequenas empresas têm grande importância social no Brasil, principalmente pelo aspecto de geração de empregos, como atestam diversas estatísticas. Contudo diferentes estudos revelam também que as empresas deste porte costumam encontrar dificuldades para superar um ano de existência e muitas deixam de existir com poucos meses de funcionamento. (WERNKE, RODNEY, 2005, P. 136)

As MEs e EPPs empregam uma quantidade grande de pessoas podendo ser consideradas assim essenciais para a economia brasileira, e mesmo com a criação de políticas criadas pelo governo muitas empresas não sobrevivem como deveriam Segundo estudos de Indrunas:

[...] 99,2% das empresas brasileiras. Empregam cerca de 60% das pessoas economicamente ativas do País, mas respondem por apenas 20% do Produto Interno Bruto brasileiro. Em 2005, eram cerca de 5 milhões de empresas com esse perfil no Brasil. Lá está o padeiro, o cabeleireiro, o consultor de informática, o advogado, o contador, a costureira, o consultor econômico ou o dono da pousada.

A Lei Geral para Micro e Pequena Empresa cria facilidades tributárias, e tem como objetivo extinguir a informalidade no Brasil e contribuir para a sobrevivência dessas empresas.

“essenciais para a economia brasileira, as micro e pequenas empresas (mpes) têm sido cada vez mais alvo de políticas específicas para facilitar sua sobrevivência, como, por exemplo, a lei geral para micro e pequenas empresas, que cria facilidades tributárias como o super simples. as medidas, que vêm de

encontro à constatação que boa parte das mpes morrem prematuramente, têm surtido efeito: 78% dos empreendimentos abertos no período de 2003 a 2005 permaneceram no mercado, segundo pesquisa do SEBRAE realizada em agosto de 2007 (o índice anterior era 50,6%). essa política também espera tirar uma série de empreendedores da informalidade no Brasil”.(INDRIUNAS, LUIS 14/06/2007).

A simplicidade de informações contábeis deve dispensar o conhecimento aprofundado de gestores diz Kassai (1996, p. 172) *apud* Peleias e Cestari (2008, p. 4):

“... as informações contábeis para a gestão das pequenas empresas devem ser simples, e de entendimento intuitivo, dispensando o prévio conhecimento dos princípios e convenções contábeis. Devem também ser fáceis de obter, levantadas de forma fácil, sem necessidade de sistemas de acumulações complexos”.

Em artigo publicado em 2007, Indrunas, fala da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

...a lei regulariza e amplia, em boa parte dos casos, as vantagens da maioria das micro e pequenas empresas (MPes), que representam mais de 90% das empresas existentes no País. Ela cria uma série de facilidades tributárias e de negócios, como o tratamento diferenciado em licitações públicas...(INDRUNAS)

O mesmo autor ainda esclarece que “A lei geral vem de um processo de articulação que começou há vários anos”. Isso pode explicar a rapidez e facilidade com que o projeto foi aprovado, e ainda por unanimidade.

...outras leis anteriores já iniciavam o processo de regulamentação dessas empresas como o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, de 1998, cujas inovações foram incorporadas na nova lei. Além disso, o projeto da pré-empresa, que tramitava no Congresso, foi incorporado... (INDRUNAS 2007)

A função social que as empresas exercem na economia foi observada no parecer dado pelo Senador Tebet, sobre o Projeto de Lei nº. 71/2003.

"Preservação da empresa: em razão de sua função social, a empresa deve ser preservada sempre que possível, pois gera riqueza econômica e cria emprego e renda, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento social do País. Além disso, a extinção da empresa provoca a perda do agregado econômico representado pelos chamados intangíveis como: nome, ponto comercial, reputação, marcas, clientela, rede de fornecedores, know-how, treinamento, perspectiva de lucro futuro, entre outros".

Diz Indrunas, que a vida curta das micro e pequenas empresas, podem ser explicados em uma pesquisa publicada pelo SEBRAE entre 2000 e 2002 onde foram entrevistados pequenos empresários que apontaram como razões a falta de capital de giro, impostos elevados, falta de clientes e concorrência.

Declara ainda o mesmo autor que: "foi olhando esses números que o governo federal criou primeiro o simples e depois o super simples, que prevê a unificação e diminuição de impostos".

..."a mesma pesquisa do SEBRAE mostra que 25% das empresas que param suas atividades não dão baixa nos seus atos constitutivos, ou seja, não fecha legalmente sua empresa porque consideram os custos altos. outras 19% das mpes não fecham por causa do tamanho da burocracia. a lei geral para micro e pequenas empresas promete desburocratizar parte do processo. assim, o estado brasileiro, que tem incentivado este tipo de empresa, começa a mudar algumas coisas para facilitar a vida dos empreendedores, seja ajudando eles a participar de licitações públicas, seja ampliando e facilitando suas linhas de créditos". (INDRIUNAS, LUIS 2007)

2.4.2. A gestão dos Custos no contexto das pequenas empresas

Observa-se com certa freqüência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. a “célula cancerosa” repousa na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis:

“observa-se com certa freqüência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvem-se empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc., fatores que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo nas nossas investigações, constata-se que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas sim na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis”. (IUDÍCIBUS, e MARION, 2000 APUD SOUZA, 2007)

Falta gestão de custos no dia a dia das micro e pequenas empresas.

Segundo Gonçalves, 86% do universo de micro e pequenas empresas pesquisadas pelo Sebrae simplesmente não tinham noção clara da estrutura de custos. (Controle de custos é uma arma contra a queda no faturamento)

Um dos maiores problemas enfrentado por micro e pequenas empresas é a falta do conhecimento dos pequenos empresários sobre o que são controles e informações contábeis como diz Costa (2004):

[...] constatou que um dos maiores problemas por elas enfrentado é a falta do conhecimento dos pequenos empresários sobre o que são controles e informações contábeis e a confusão que fazem sobre a Contabilidade e a Legislação Tributária.

Os sistemas de controle de custos bem organizados, adaptados aos objetivos da empresa, devem ser precisos e atualizados, os que mostrarão à empresa o que está acontecendo de fato, devem ser de fácil acesso e de simples entendimento como cita Kassai (1996, p. 172), *Apud* Peleias e Cestare (2008, p. 4):

“... as informações contábeis para a gestão das pequenas empresas devem ser simples, e de entendimento intuitivo, dispensando o prévio conhecimento dos princípios e convenções contábeis. Devem também ser fáceis de se obter, levantadas de forma fácil, sem necessidade de sistemas de acumulações complexos”.

Muitos podem ser os fatores da grande ocorrência de falência de empresas tão jovens. Segundo o SEBRAE (2004) sobrevivência e sucesso dependem de:

- ter alguma experiência prévia no ramo de atividade da empresa;
- analisar o mercado de atuação;
- planejar suas atividades, principalmente em relação aos fornecedores, aspectos legais do negócio e qualificação de mão de obra disponível no mercado;
- utilizar ferramentas básicas de administração, procurando aperfeiçoar seus produtos e serviços frente às necessidades dos clientes;
- ter disponibilidade de capital.

3 METODOLOGIA

Uma das formas de obter conhecimento e aprendizagem sobre um assunto é por meio da pesquisa. Toda pesquisa, para alcançar seus objetivos, necessita de uma linha a ser seguida, ou seja, uma metodologia.

Este estudo quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa documental, por buscar uma visão geral sobre um determinado fato.

Será utilizado o método dedutivo, utilizando-se da pesquisa bibliográfico-documental.

Para Gil (2000, p. 127) diz que “com efeitos, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas...”

Mattar (2001, p.18) escreve:

A pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios de investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador São, geralmente, pouco ou inexistente.

Para que esse estudo se realize, serão utilizadas algumas técnicas de trabalho como a pesquisa bibliográfica, com análises de contribuições sobre a Contabilidade de custos e instrumentos de gestão para micro e pequenas empresas.

4 ANÁLISE DE DADOS

Se uma empresa qualquer que seja, não sabe aonde quer chegar não se manterá no mercado por muito tempo. Investir em qualquer coisa apenas para aplicar “um dinheiro“, um negocio que começa assim tem poucas ou nenhuma chance de prosperar. O auxilio do contador é fundamental para começar um novo negócio, a burocracia que envolve a abertura de uma empresa pode ser feita pelo contador, mas mais do que isso o contador pode contribuir muito mais do que organizar papéis, essa contribuição vai depender muito do empresário, que deve ter consciência em primeiro lugar que uma empresa tem vida própria, e sofre o tempo todo interferências internas e externas, e sempre devem ser tratadas imediatamente, se interferências boas ou ruins o empresário deve estar pronto para aproveitar ou então tomar providencias para cortar o mal pela raiz.

A análise dos dados pesquisados na bibliografia deste trabalho relativa ao empresariado evidencia que muitos desconhecem o significado de Ponto de Equilíbrio. Talvez se soubessem o quão importante é o conhecimento deste indicador para a sobrevivência de um empreendimento, certamente não ousariam desconhecê-lo, pois observou-se durante a pesquisa que muitas micro e pequenas empresas não conseguem completar um ano de vida, e isto deve em muitos dos casos pela falta de conhecimento do ramo de atividade a que se propuseram, e , na maioria dos casos, por completo descontrolo administrativo.

Este fato apresenta tamanha gravidade quando se verifica que o descontrolo administrativo pode iludir o administrador, pois este pensa que está obtendo lucros em suas operações, quando na verdade, estão a caminho da descontinuidade sem saber o motivo.

Muitos acreditam que se as receitas forem iguais às despesas fixas como, por exemplo, o aluguel do imóvel, o salário do pessoal, o condomínio, o combustível, o material de expediente, o pró-labore, etc.) estarão, no mínimo, em equilíbrio, não obtendo, nem lucro , nem prejuízo, porém ignoram que a falência é apenas uma questão de tempo.

Neste contexto, conhecer e aplicar a ferramenta Ponto de Equilíbrio, que como foi visto no trabalho realizado é um dos indicadores contábeis que possui condições de informar ao executivo o volume necessário de vendas, no período em análise, para cobrir todas as despesas, fixas e variáveis, incluído-se o custo da mercadoria vendida ou do serviço prestado. Através deste indicador objetiva-se determinar o nível de produção e vendas necessário, em termos de quantidade e/ou de valor que se traduz pelo equilíbrio entre a totalidade dos custos e das receitas.

Assim, o administrador pode realizar um controle que identifique quando a empresa encontrar-se um nível abaixo deste ponto, ou próxima a ele, estará na zona de prejuízo, ou próxima a ele. E, caso contrário, a entidade esteja produzindo e vendendo acima deste ponto, estará na zona da lucratividade, pois este indicador revela o mínimo que se deve alcançar com receitas para que não amargue com prejuízo.

Importa ressaltar que para calcular o Ponto de Equilíbrio de modo adequado o administrador precisa conhecer e utilizar o conceito de Margem de Contribuição, ou seja, a diferença entre o preço de venda unitário do produto e os custos e despesas variáveis por unidade de produto. Desse conceito, depreende-se haverá um valor positivo em cada unidade vendida que ao ser multiplicado pela quantidade total vendida, resulta na contribuição marginal total do produto para aquela empresa. Este resultado, que é a Margem de Contribuição, deverá ser igual aos Custos Fixos para que se chegue ao Ponto de Equilíbrio.

Além disso, a administração poderá determinar um parâmetro de lucratividade e a partir disso, calcular a quantidade necessária de vendas para atingi-lo.

Porém, é sabido que dentro dos Custos Fixos, podem existir variações patrimoniais que não significam desembolsos para a empresa, porém conforme determinam os Princípios Contábeis, estas variações precisam fazer parte do resultado do exercício, onde serão confrontadas com as receitas, uma vez que contribuíram para a constituição da mesma, de acordo com o Princípio de Competência, como por exemplo, a depreciação.

O fundamental para as empresas de uma forma geral é estar aberta a novas situações sejam elas satisfatórias ou não para tomar as decisões necessárias.

5. CONCLUSÃO

O que pode ser visto é que não há como uma empresa sobreviver por muito tempo sem ter no mínimo uma idéia de onde é o seu ponto de equilíbrio.

As informações encontradas na revisão teórica sugerem que toda empresa deve ser vista como um caso único, principalmente quando se fala em me e epp. para aplicar qualquer sistema de gestão de custos um estudo minucioso deve ser feito na empresa em questão. o que pode ser feito no mínimo por qualquer empresa é encontrar seu ponto de equilíbrio, que a curto prazo pode colaborar muito na decisões a serem tomadas.

O governo vem lançando programas que contribuem para a sobrevivência das me e epp. claro que o objetivo maior é acabar com a informalidade, mas há preocupação com a grande falência que são demonstradas em pesquisas estatísticas. então pegar “carona” em programas que tem apoio do governo como os recursos oferecidos pelo SEBRAE não haverá de fazer mal.

A primeira hipótese se confirma, pois pode se dizer sim que existem ferramentas dentro da contabilidade de custos que contribuem para a tomada de decisão. Os gestores das ME e EPP só precisam buscar informações de como utilizar tais ferramentas para beneficio do empreendimento.

Já a segunda hipótese que sugere que não podem ser encontrados dentro da contabilidade de custos instrumentos que possam contribuir na tomada de decisão não se confirma, pois neste estudo foram citados apenas alguns instrumentos dentre tantos que a contabilidade de custos disponibiliza.

No que se referem aos objetivos foram alcançados, pois o trabalho esboça a falta que pode fazer ter em mãos, dados que no dia a dia das empresas faz toda a diferença, o simples fato de saber se um produto ou serviço está dando lucro baseado em informações seguras dá ao gestor a possibilidade de ver se realmente vale o investimento que fez, quando lançou o produto no mercado. A administração poderá

determinar um parâmetro de lucratividade e a partir disso, calcular a quantidade necessária de vendas para atingi-lo.

Diante destas constatações, pode-se sugerir que os gestores dessas empresas busquem o conhecimento em cursos em universidades ou outras instituições como o SEBRAE, por exemplo, com o objetivo de qualificar-se ou para estar mais bem preparado para gerir seu negocio.

6 - REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisorial. – 3. ed. revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Atlas, 2005.

Disponível em: <www.indea.mt.gov.br>. Acesso em: 18 de maio 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade Atlas, 2000. P.19

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IN: Souza, Rogério Mariano de, **Avaliação De Custo, Volume e Lucro em Micro e Pequenas Empresas Comerciais: UM ESTUDO DE CASO**

CHING, hong yuh, **Gestão Baseada em Custeio por Atividades** ed. Atlas 1995.

LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. **"Metodologia do trabalho científico"**.

In: HISSA, C.E.V. V.07, 1997

LEONE, N.M.C.P.G. **As especificidades das pequenas e médias empresas**. Revista de Administração – RAUSP, São Paulo: FEZ/USP, Departamento de Administração, v.34, nº2, p.91-94, abr./jun 1999.

in:VIANA, Tatiana Leitão. 2007 **Contabilidade Gerencial: Uma Metodologia Para Implantação Nas Pequenas Empresas**

KOLIVER, Olívio. **Apostila Oficial no Mestrado em Contabilidade do CEPPEV**, 2002.

MATTAR, Fause N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC Custeio baseado em atividades**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

RIBEIRO, Osny Moura: **Contabilidade de Custos**, São Paulo ed. Saraiva 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho científico-didático na universidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

SILVA E ANDRADE, Jacqueline e Maria das Graças, **“Manual de metodologia do trabalho Científico”**. Salvador; Editora P & A; 2006.

VERGARA Sylvia Constant. **“Projetos e relatórios de pesquisa em administração”**. São Paulo: Atlas, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda**. (ênfase em aplicações e casos nacionais) Ed. Saraiva SP 2005, 3ª tiragem 2007.

Material da Internet:

SEBRAE

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEE00489AB1/\\$File/NT0008E4CA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEE00489AB1/$File/NT0008E4CA.pdf)

PEDROSA, CARLOS JOSÉ. **Contabilidade como instrumento de gestão** Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, 2006.

INDRIUNAS, Luis. Artigo: Como funciona a Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas. <http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/micro-e-pequenas-empresas-no-brasil4.htm>

CESTARE, Terezinha Balestrin, PELEIAS, Ivam Ricardo. Proposta de relatórios para a gestão de custos em uma pequena indústria calçadista na cidade de São Paulo. Anais dos Trabalhos Científicos; 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade RS de agosto de 2008.

KOLIVER, Olívio. A Contabilidade e a Controladoria: Tema Atual e de Alta Relevância para a Profissão Contábil. Porto Alegre, Ed. Conselho Regional do Rio Grande do Sul, 2005.

Disponível em: www.crsrs.org.br.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, J. C. *Curso de contabilidade para não contadores* 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

In: SOUZA, ROGÉRIO MARIANO DE. (2007): Avaliação de Custo, Volume e Lucro em Micro e Pequenas Empresas Comerciais: Um Estudo de Caso.

NASCIMENTO, AUGUSTO. A Tomada de Decisão Pelo Empresário das Microempresas de Serviços Assessoradas Pelo Escritório Mello de Contabilidade <http://www.webartigos.com/articles/7566/1/a-tomada-de-decisao-pelo-empresario-das-microempresas-de-servicos-assessoradas-pelo-escritorio-mello-de-contabilidade/pagina1.html>

LUÍS Indriunas. "HowStuffWorks - Como funcionam as micro e pequenas empresas". Publicado em 14 de junho de 2007 (atualizado em 10 de julho de

2008) <http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/micro-e-pequenas-empresas-no-brasil.htm> (27 de maio de 2009)

<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/micro-e-pequenas-empresas-no-brasil4.htm>

Sérgio Gabriel Extraído do Parecer do Relator que seguiu anexo ao PLC nº 71/2003 para votação no Senado Federal.

O Senador Ramez Tebet Relator do Projeto de Lei nº 71/2003 que resultou na Lei 11.101/05 – Lei de Recuperação de Empresas

ZANLUCA, Júlio César. é Contabilista e autor do Manual de Contabilidade Gerencial.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeinstrumentodagestao.htm>

acessado 13:00 30.04.2009

OLIVEIRA, Santos e Alves, Adalto Alves de /Cleston Alexandre dos/Elias Leopoldino /Sérgio Moreira: 2007, Sistemas de Informações No Processo de Gestão das Operadoras

<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestaques.jsp&cod=14272>

Acessado em 30/04/2009

PRADO, Jorge Lauro: Sua empresa faz bem as contas? Ou faz de conta?

www.scribd.com/doc/2171468/custosArtigos

acessado 11/2008

MUNHÃO Aloízio

<http://www.exatacontabilidade.com.br/artigos/artigo1.htm>

Acessado 15h52min sábado 23/05/2009

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. São Paulo: Editora Bookman, 2000.

In: Evolução E A Importância da Contabilidade Nas Empresas e na Gestão Financeira Pessoal para Tomada de Decisões

Disponível em:

<http://services.google.com/fh/files/doc/feedback/abg?url=http://artigo.com/administracao-artigos/evolucao-e-a-importancia-da-contabilidade-nas-empresas-e-na-gestao-financeira-pessoal-para-tomada-de-decisoes-680505.html&hl=pt&client-ca-pub-5157679868954075&adU=ww>

